

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS AFRICANOS E
AFRO-BRASILEIROS

Jadiel Santos da Luz

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE POSSIBILITEM A EFETIVAÇÃO DE UMA
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA:** através do componente curricular de história no
ensino Médio.

**São Luís
2024**

Jadiel Santos da Luz

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE POSSIBILITEM A EFETIVAÇÃO DE UMA
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA:** através do componente curricular de história no
ensino Médio.

Sequência Didática apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciado Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros junto ao Campus de São Luís da Universidade Federal do Maranhão.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cidinalva Silva Câmara

São Luís

2024

Jadiel Santos da Luz

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Luz, Jadiel Santos da.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE POSSIBILITEM A EFETIVAÇÃO DE
UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: : através do componente
curricular de história no ensino Médio / Jadiel Santos da
Luz. - 2024.

19 p.

Orientador(a): Cidinalva Silva Câmara.

Curso de Estudos Africanos e Afro-brasileiros,
Universidade Federal do Maranhão, São Luis/ma, 2024.

1. Educação Para As Relações Étnico Raciais. 2.
Educação Antirracista. 3. História Africana Afro-
brasileira. 4. Educação Básica. 5. . I. Câmara,
Cidinalva Silva. II. Título.

Jadiel Santos da Luz

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE POSSIBILITEM A EFETIVAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: através do componente curricular de história no ensino Médio.

Sequência Didática apresentada defendida como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciado Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros junto ao Campus de São Luís da Universidade Federal do Maranhão

Aprovado em: / / 2024

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Cidinalva Silva Câmara (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Prof.º Dr Rosenverk Estrela Santos (Examinador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof.º Dr. Sávio José Dias Rodrigues

Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

JADIEL SANTOS DA LUZ

Estou agradecido por tudo, por esse encerramento de ciclo, por todas as pessoas que torceram, me acompanharam e compartilharam comigo essa jornada.

Em especial a minha “QUERIDA MAE” Maria de Lourdes Pereira Santos, por me estimular e acreditar mais em mim do que eu mesma. Amo- te além dessa vida.

À toda minha família.

À minha orientadora, Cidinalva Câmara Neris pela atenção, gentileza e confiança em orientar este trabalho.

Por fim agradeço a espiritualidade por toda a inspiração e proteção! Obrigado!

LISTAGEM DAS SIGLAS

BNCC- BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.

LIESAFRO- LICENCIATURA EM ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
RESUMO	11
1. INTRODUÇÃO	12
2. Objetivos	15
2.1 Objetivo Geral	15
2.2 Objetivos específicos	15
3. Habilidades da BNCC	15
4. Público alvo.....	16
5. Materiais necessários	16
6. Etapas da proposta de atividade.....	16
REFERÊNCIAS	17

APRESENTAÇÃO

No decorrer da nossa trajetória acadêmica, aprendemos que a informação de qualquer conteúdo, seja escrita ou oral, deve se inicializar em uma abordagem recheada de clareza e muito cuidado para atrair a atenção do destinatário, concluir com louvor para que o impacto da nossa transmissão no espaço de fala repercuta por muito tempo na memória do nosso receptor.

Aprendemos deste contexto, o quanto torna-se desagradável iniciar uma temática dando o produto da informação amplamente finalizado, sem nos propor em apresentar uma forma que nos remeta a uma receita que nos traga ingredientes para solucionar problemas históricos e por consequência mais contemporâneos como o racismo.

Diante desse cenário, nos propomos a escolher a Metodologia da Sequência Didática como TCC, por entender que implementar práticas pedagógicas em sala de aula, de forma lúdica, quebrando mitos e fortalecendo a luta antirracista em ambiente escolar, seria fomentar a escola a um ambiente de acolhimento por excelência, esse espaço fortaleceria os acessos e ao desenvolvimento do aprendizado da Cultura e História de África e Afro-Brasileira, proporcionando no meio escolar a valorização da diversidade que torna-se necessária e primordial para o enfrentamento e a contenção da evasão escolar, priorizando todas as abordagens de natureza antirracistas e desconstruindo mitos históricos, intelectuais e culturais do negros e indígenas.

Nessa ótica, o nosso percurso dentro da Universidade Federal do Maranhão, em especial ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudo Africanos e Afro-Brasileiro nos permitiu de forma sistêmica, agregar variadas formas de conhecimento para desconstruir mitos, trajetórias e lendas acerca da intelectualidade negra e indígena através de estudos e pesquisas transversalidades curriculares, nos propondo conhecimento para levar a vida escolar uma reflexão de suma importância de decoloniedade e luta antirracista do povo negro e indígena imposta pela a educação eurocentrista.

O Subprojeto da Residência Pedagógica com o título: SABERES e FAZERES INTERDISCIPLINARES NA LICENCIATURA EM ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS desenvolvido pelo curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afrobrasileiro da Universidade Federal

do Maranhão, no ano de 2018, pela docente orientadora Cidinalva Silva Câmara Neris e o preceptor Pedro Cutrim Cordeiro na escola Centro de Ensino do Estado do Pará, no bairro da Liberdade em São Luís do Maranhão. A Residência foi uma experiência significativa que proporcionou ao discente inserido no projeto, um aperfeiçoamento da formação inicial em interação com a realidade do processo de Ensino da Educação Básica e as orientações advindas da Base Nacional Comum Curricular que visa utilizar os conhecimentos historicamente construído sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade.

Dessa forma permitiu ao discente continuar aprendendo e colaborando para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, assim como, para valorização da diversidade de saberes e vivências culturais apropriando-se dos conhecimentos e experiências que lhe possibilite entender as relações próprias do mundo do trabalho, fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. Nosso exercício de regência de aula foi realizado a partir de aulas expositivas e dialogadas, dinâmicas de leituras e textos, rodas de conversas, discussões de grupos, produções textuais e redações, resoluções de questões, filmes, brincadeiras de conhecimentos. As brincadeiras auxiliaram na construção de conhecimentos e interações, favorecendo o desenvolvimento da aprendizagem formal. Foram estas experiências proporcionadas pela Residência Pedagógica que nos levaram a optar pela sequência didática como forma de TCC. Além dela, as várias situações que enfrentamos desde pandemia de Covid-19, que impuseram uma série de dificuldades em nossas vidas, assim como de milhares de pessoas. Estarmos aqui, hoje, tentando concluir nosso TCC e colar grau no curso de Estudos Africanos, foi por muitas vezes algo que pensamos ser impossível. Mas, entendemos que isso faz parte da trajetória da população negra brasileira: enfrentar as dificuldades e construir soluções para seguir em frente. Entendemos mais ainda, depois da Residência Pedagógica, que, como professores, iremos nos deparar com incontáveis situações parecidas com a nossa e esperamos colocar em prática todo ensinamento que nos foi proporcionado pela Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros

Desse modo, o trabalho aqui apresentado como TCC propõe uma sequência didática em quatro aulas que visa entender essa experiência histórica

e social recorrendo à exploração de novos pensamentos ou curiosidades e exploração das vivências dos próprios estudantes, levando em conta suas experiências de vida e de seus antepassados, tendo como objetivos:

1. Abordar o legado da escravidão no Brasil, identificando os mais variados tipos de resistência.
2. Discutir a importância dessas resistências refletindo de forma crítica sobre suas contribuições.
3. Inserção de conteúdos que enfatizam a história e contribuições dos mais variados grupos étnico-raciais, com ênfase nas populações afro-brasileiras, indígenas;
4. Desenvolver temas de conhecimento e habilidades dos componentes curriculares de História nos anos finais do Ensino Médio.

O objetivo geral é promover práticas pedagógicas que possibilitem a efetivação de uma educação antirracista através do componente curricular de História. Dessa forma o trabalho permitiu ao discente continuar aprendendo e colaborando para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, assim como, para valorização da diversidade de saberes e vivências culturais apropriando-se dos conhecimentos e experiências que lhe possibilite entender as relações próprias do mundo do trabalho, fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE POSSIBILITEM A EFETIVAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: através do componente curricular de história no ensino Médio.

Jadiel Santos da Luz
Universidade Federal do Maranhão
Marcos Aurélio da Silva Fontes
Universidade Federal do Maranhão

Orientadora: Cidinalva Silva Câmara
Universidade Federal do Maranhão
cidinalva.camara@ufma.br

RESUMO

Esta sequência didática tem como objetivo contribuir de forma crítica e reflexiva sobre a inclusão da História e Cultura africana e afrobrasileira na educação básica em todo país. A partir da experiência pedagógica no ano de 2018-2019, oportunizou a construção de pontes de diálogos temáticos de como as pontes da educação étnico-racial é possível. A metodologia utilizada se baseia em pedagogias afrocentradas e não eurocêntricas, como Paulo Freire com Pedagogia do Oprimido, Bell Hooks com Ensinando a Transgredir, Nilma Lemos Gomes com o Movimento negro Educador, ou a “Pedagogia Decolonial” do brasileiro-congolês Kabenlege Munanga, trouxe base teóricas importantes para repensar o sujeito negro no Brasil, como sujeito histórico, crítico e contributivo para sua própria história e para a própria história da sociedade brasileira. A experiência em sala de aula, a regência, os planejamentos, os planos de aula se convergem numa experiência valiosa para a educação brasileira.

PALAVRAS-CHAVES: Educação para as Relações Étnico Raciais, Educação Antirracista; História Africana Afro-Brasileira; Educação básica.

1. INTRODUÇÃO

A educação brasileira desde sua origem carrega dentro de si, a busca pela manutenção dos privilégios e poder de uma elite dominante. Durante ao longo dos tempos, diversos mecanismos legais foram criados para garantir a permanência desses privilégios. Podemos destacar entre esses mecanismos a “Lei do Boi”, uma Lei Federal nº 5.465/ 68, que buscava instituir como via regra, um sistema de cotas para os filhos dos “homens do campo”, usando como base argumentativa a desigualdade de acesso aos sujeitos das zonas rurais. Essa lei demonstrou-se ao longo do tempo, que visava apenas garantir um sistema de cotas para os filhos de grandes fazendeiros no Brasil. Afinal a desigualdade de acesso à educação pública no país pela população marginalizada era deficiente.

Ao longo do estudo da história educacional do Brasil, existem diversas movimentações ideológicas, políticas e econômicas, que travam uma guerra de interesses entre a classe dominante e classe dominada. Como afirma, Leandro Konder (2009) a manutenção do status quo das elites, acontece de forma conflituosa aos ideais de diferentes movimentos sociais e organizações políticas, que defendem o direito democrático de uma sociedade, ou de uma lógica de poder hegemônica.

Questionar, fortalecer e resgatar os elementos de educação realmente publica, de qualidade, em espaços de educação de comunidades periféricas, se torna essencial e fundamental, na luta contra a manutenção desse status quo de uma classe dominante.

No início do século XXI, podemos notar um movimento de disputa ideológica no espaço da educação no Brasil. A recusa em aceitar as transformações ocorrida ao longo das décadas que tenta democratizar a educação, a partir de programas de ações afirmativas (cotas, inclusão social, de gênero, racial e de sexualidade) mesmo que a passos lentos como diz Weller e Paz (2011), fortalece a importância deste trabalho de pesquisa.

Segundo Darcy Ribeiro (1986), “a crise na educação no Brasil não é uma crise e sim um projeto”, essa afirmação é central para compreender as fragilidades dos avanços e retrocessos do sistema educacional brasileiro, e como é importante se fazer frente na construção de projeto de educação crítica, reflexiva e realmente democrática no país.

O projeto da LDB (Lei de Diretrizes Base) apresentado pelo Senador Darcy Ribeiro em 1992, aprovado em 1996, proporcionou diversas inovações no sistema de educação. A Lei 9.394/96 possibilitou mudanças significativas, tais como:

(...) elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); fortalecimento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb); implantação do Programa de Avaliação Seriada (PAS); consolidação e ampliação de programas federais permanentes, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); (...) Programa Dinheiro Direto na Escola; Programa TV Escola; Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo); e o Programa de Formação de Professores em Exercício (Proformação). (VIEIRA, 2002, p. 32)

A discussão sobre a temática racial foi regulamentada no Brasil pela lei 10.639/2003. Este documento garante a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana de forma transversal e interdisciplinar nos conteúdos ministrados na educação básica das instituições de ensino, públicas e privadas, promovendo, assim, uma educação antirracista, que valoriza o conhecimento e a história da população negra brasileira, africana e da diáspora, combatendo o racismo e a discriminação racial, na medida em que vai atuar na desconstrução de estereótipos raciais e atuar na promoção do respeito e na valorização da diversidade étnico-racial brasileira.

Isto se faz necessário e urgente para que possamos questionar e problematizar o sistema de ensino atual, o qual impõe a hegemonia do currículo eurocentrado nas escolas do país.

O currículo centralizado e prescrito, a avaliação externa com critérios definidos a partir de competências voltadas aos interesses do sistema financeiro e a centralização do financiamento da educação, no caso brasileiro, somada a cortes profundos de verbas públicas, têm sido o combustível para o funcionamento da engrenagem neoliberal na educação escolar brasileira. (PONCE: ARAÚJO, 2019, p. 5).

A Lei 10.639/03 possibilitou a reformulação dos currículos no país, que ao longo dos séculos esteve intrinsecamente vinculado a um currículo eurocentrado que exclui outros povos que compõem a cultura e formação do Brasil (GOMES, 2010). Os debates sobre a reformulação dos currículos e a

obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana, a lei possibilita subsídios para os questionamentos sobre a estrutura dos currículos das instituições da educação.

É importante destacar para que a a educação antirracista, a educação para as Relações Étnico-raciais, possam ser efetivas de forma eficiente é necessária uma formação inicial de professores que também seja antirracista, assim como é praticada na Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, pois, é essencial para promover a levar questionamentos e buscar forma de valorização dos saberes herdados da população africana que, para cá foram violentamente trazidos e que, desde o nascimento do país constrói nossa história. E ainda, como destacam NERIS et al (2021. p. 3):

Para o processo de descolonização dos currículos, é indispensável que ocorra a discussão sobre outras concepções epistemológicas para além das eurocentradas, que permitam diferentes modos de aprender/ reaprender e que possibilitem a construção de práticas curriculares numa perspectiva intercultural crítica.

Entendemos que a mudança de mentalidade e comportamentos em relação às questões raciais tem na educação formal uma grande aliada, na medida em que proporciona a valorização da pluralidade de histórias e saberes que compõem nossa sociedade, como podemos ler no Parecer CNE/CP n.º 3, de 10 de março de 2004, no qual está escrito que:

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a educação das relações étnico-raciais [...] se desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas, particularmente, Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais, em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, no laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares.

Evidencia-se que, ao promover o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana estamos contribuindo para o combate ao racismo estrutural, à discriminação racial, ao promover reflexões sobre as desigualdades históricas e que marcam nosso país.

2. Objetivos

2.1 Objetivo Geral

Desenvolver práticas educacionais antirracistas no Ensino Médio através da disciplina de História.

2.2 Objetivos específicos

1. Analisar criticamente o significado da construção dos diferentes marcos relacionados à formação histórica da sociedade brasileira consequentemente discutir conteúdos que possibilitem uma abordagem antirracista e Decolonial enfatizando a importâncias das populações afro-brasileiras, indígenas e outras minorias para a construção dessas narrativas.
2. Identificar as formas de resistência dos africanos e afrodescendentes visando à extinção do trabalho escravo, com ênfase para os quilombos e desenvolver estratégias pedagógicas que tragam reflexões a cerca das desconstruções de estereótipos, preconceitos e discriminações raciais na educação básica que são reforçados até hoje nas práticas educacionais tradicionais.
3. Reconhecer a importância de valorizar a diversidade de suas práticas de religião e religiosidade dos indivíduos e grupos sociais.
4. Analisar criticamente o significado da construção dos diferentes marcos relacionados à formação histórica da sociedade brasileira tendo como finalidade buscar uma análise decolonial a cerca de conteúdos trabalhos no componente curricular História buscando desconstruir narrativas focadas apenas em uma abordagem eurocêntrica.

3. Habilidades da BNCC

EM13CHS102: Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

EM13CHS104: Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.

EM13CHS201: Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

EM13CHS102: Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

4. Público alvo

1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio.

5. Materiais necessários

- Notebook
- Caixa de som
- Data show
- Quadro
- Pincel

6. Etapas da proposta de atividade

Na primeira aula de regência de aula foi lecionada a atividade “Minha História de vida”, que tem como objetivo trabalhar o conceito de história como uma ciência que estuda a história do homem na sociedade. Dessa forma é preciso compreender a sua história faz parte da própria história humana em sociedade, e que o aluno se sinta incluído nesta sociedade.

Na segunda aula realizada foi ministrada pelo tema “minha história nas férias” com objetivo de dialogar sobre as experiências vividas dos alunos em meio social com suas famílias e amigos. Essa aula tem como objetivo discutir com os alunos como suas experiências em meio social dinâmico, constrói suas dinâmicas em sociedade.

A terceira aula ministrada em sala tem como tema “Meu Projeto de vida Pessoal” tem como objetivo provoca reflexões sobre seus interesses, motivações futuras sobre sua própria vida. Estimulando seu senso comum de como ser social que contributivo e colaborativo na sociedade. A quarta aula ministrada tem como tema “O que estuda a História: quais suas fontes histórica”, esta aula tem como objetivo discutir de crítica, como se constrói o caminho histórico da sociedade no mundo e como as fontes históricas precisam múltiplas e diversas para que os diversos sujeitos históricos sejam inclusos nesta história da sociedade e não inviabilizados como os séculos anteriores.

A Avaliação se dará de modo processual, contínua e dialogada. Onde será observado os seguintes itens: Assiduidade; Pontualidade; Participação; Nível de consciência crítico-social; Provas e testes; Capacidade de Síntese; Relações Humanas; Pesquisa: Qualidades dos trabalhos produzidos; Combinado pedagógico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/Seppir, 2004.

BRASIL. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRASIL. (1988). CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília/ DF: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

BRASIL, M. (2017). HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: Educação Infantil. Brasília/DF: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.

CAVALLEIRO, E. (2000). DO SILÊNCIO DO LAR AO SILÊNCIO DA ESCOLA: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto.

DINIZ, Yasmin. Entenda o que são e como trabalhar metodologias ativas. Imaginie educação, em 2021. Disponível em: <<https://educacao.imagine.com.br/metodologias-ativas/>>. Acesso em: 10, fevereiro de 2022.

HOOKS, B. (2013). ENSINANDO A TRANSGREDIR: A educação como prática da liberdade. (M. CIPOLA, Trad.) São Paulo/ SP: WMF Martins Fontes.

MUNANGA, K. (1999). RIDISCUTINDO A MESTIÇAGEM NO BRASIL: Identidade nacional versus identidade negra. Petropolis/RJ: VOZES.

_____; ORG. (2005). SUPERANDO O RACISMO NA ESCOLA. Brasília/DF: MEC/BID/UNESCO. ONU, A. G. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris : Nações Unidas .

OLIVEIRA, Geiseli R. de. **Feminismos Negros e suas possibilidades formativas e educativas na Educação Básica**: Propostas de atividades [livro eletrônico] / Geiseli Rita de Oliveira; Silvani dos Santos Valentim (organizadoras). São Paulo: Editora Na Raiz, 2023

PEREIRA, E., CARMO, K., PEREIRA, M., & MOURA, S. (2020). O MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR: SABERES CONSTRUÍDOS NAS LUTAS DE EMANCIPAÇÃO. Revista Em Favor de Igualdade Racial, 3, 118-132.

NERIS, C. et al. Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros: uma graduação pioneira no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 42, e 254730, 2021

PONCE, Branca Jurema; ARAÚJO, Wesley. A justiça curricular em tempos de implementação da BNCC1 e de desprezo pelo PNE (2014-2024). *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v.17, n.3, p. 1045-1074 jul./set. 2019.

SACRISTÁN, J. G. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

_____. O que significa o currículo? In: SACRISTÁN, J. G. *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 16-35.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Cognição histórica situada: que aprendizagem histórica é esta?* In: BARCA, Isabel; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Orgs.). *Aprender História: perspectivas da Educação Histórica*. Ijuí: Editora Unijuí, 2009. p. 21-51.